



OCDE

Governança corporativa: CGU compõe delegação brasileira na 45ª Reunião do Comitê da OCDE

OCDE discute revisão de Diretrizes sobre Governança Corporativa em Estatais

CGU participa de encontro do Grupo de Trabalho em Governo Aberto



ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

CGU realiza missão oficial a Paris

CGU discute igualdade de gênero e desafios de mulheres em posição de liderança

Conferência Regional da IACA 2023

Ministro da CGU participa da *Brazil Conference* e realiza missão aos EUA



COOPERAÇÃO

Experiência brasileira impulsiona projetos no Paraguai

NOTÍCIAS DA ASCOM

[Ministro da CGU participa da primeira reunião plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE](#)

[Diretoria de Estudos da Integridade Pública recebe visita de professora de Oxford](#)

[DTI participa de um dos principais eventos de *Data & Analytics* do mundo](#)

[Secretária-Executiva da CGU participa de reunião para acompanhamento da implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção](#)

[CGU participa de conferência sobre políticas anticorrupção na América Latina](#)

[Ministro da CGU cumpre agendas internacionais com entidades americanas que atuam no combate à corrupção](#)

[Servidores da CGU apresentam trabalhos em Congresso Internacional](#)

[Servidores da CGU lideram painel e apresentam estudo em conferência na Hungria](#)

[CGU participa do encerramento de projeto trilateral de integridade no Paraguai](#)

[Revista da CGU abre chamada para Dossiê Especial comemorativo de 10 anos da Lei Anticorrupção](#)

[CGU representa Brasil em reunião da Rede de Transparência e Acesso à Informação](#)

[Rede GIRC: encontro discute integridade e políticas públicas](#)

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

BRASIL E FRANÇA

CGU realiza missão oficial a Paris

Entre 7 e 10 de março de 2023, ocorreu a reunião do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE (Working Group on Bribery - WGB), tendo sido oportunidade para a primeira missão oficial organizada sob a gestão do ministro Vinicius de Carvalho. O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) esteve acompanhado de representantes da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais e da Secretaria de Integridade Privada.

Na abertura da reunião do Grupo, o ministro proferiu palavras iniciais, em que cumprimentou a nova presidente do WGB, Danielle Goudriaan, e falou da prioridade que o Brasil dá ao tema do enfrentamento à corrupção e ao suborno transnacional. Ressaltou, ainda, [os preparativos para a fase 4 de avaliação do Brasil](#), que teve início formalmente em março, com o envio do questionário avaliativo. O Grupo discutiu o relatório de avaliação da fase 4 da Dinamarca e os pedidos de adesão à Convenção de Croácia e Romênia.

Ao longo da semana, a delegação brasileira se reuniu com o Secretariado do WGB e com outras unidades da OCDE. Em encontro com representantes do Comitê de Governança Pública, foram apresentadas as atividades em andamento e as possibilidades de parceria com a CGU. O ministro destacou a nova estrutura da CGU e a prioridade dada à revisão dos sigilos durante os primeiros dias de governo. Já na reunião com o secretário-geral adjunto da OCDE, Ulrik Vestergaard



O ministro Vinicius de Carvalho e Didier Migaud, presidente da HATVP

Knudsen, foi apresentada atualização sobre o processo de acessão do Brasil à Organização e debatidas as possibilidades de cooperação futura.

Além da agenda junto à OCDE, o ministro se reuniu com representantes do governo francês, notadamente da Agência Francesa Anticorrupção (AFA) e da Alta Autoridade de Transparência da Vida Pública (HATVP, da sigla em francês). Durante os encontros, foram apresentados os projetos e ações a cargo desses órgãos e exploradas as possibilidades de

compartilhamento de experiências com a CGU em áreas relativas à promoção da integridade no setor privado, regulamentação do lobby e declaração de receitas e ativos.

Por fim, também houve visita à Embaixada do Brasil na França e encontro com re-

presentantes da missão brasileira junto à OCDE, oportunidades em que se debateram perspectivas para as relações bilaterais Brasil-França, a partir da chegada da atual administração, em que estão sendo estabelecidas novas prioridades para cooperação entre os dois países.



Representantes da AFA e da CGU

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

CGU discute igualdade de gênero e desafios de mulheres em posição de liderança

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 de março, a Controladoria-Geral da União (CGU) lançou a campanha intitulada "CGU por e para Mulheres" com intuito de dar visibilidade aos desafios que as mulheres ainda enfrentam na sociedade e no trabalho para serem respeitadas e conquistarem seu espaço em condições de igualdade. O objetivo dessa campanha foi promover a valorização feminina em posição de liderança na Controladoria e, sobretudo, na participação geral e transversal das mulheres em todas as atividades do órgão.

Como parte dessa campanha, a Coordenação de Desenvolvimento e Capacitação (CDCAP) promoveu duas ações com a participação da professora francesa da Escola Nacional de Administração da França, Gisèle Szczyglak: a vivência “Mulheres líderes e seus desafios” e a conferência de debate “Mulheres em posição de liderança: uma questão de equidade”. Doutora em Filosofia Política com especialização em Sociologia Política e Ética Aplicada, Gisèle Szczyglak atua em trabalhos que abordam equidade de gênero, igualdade profissional, redes femininas e liderança; como coach, implementa mentoria coletiva que abrange aspectos como diversidade e transformação de

organizações, apoiando executivos, altos funcionários, líderes, gestores e suas equipes no desenvolvimento de habilidades e talentos.

Em parceria com a Unacon Sindical, disponibilizou-se, às servidoras ocupantes de altos cargos de liderança, a oportunidade de participarem da vivência “Mulheres líderes e seus desafios”, realizada pela professora francesa no dia 18 de março, em Brasília. O objetivo desse evento foi ampliar as capacidades das mulheres nos papéis de liderança e na elaboração de políticas públicas como agente transformador.



Servidoras da CGU com a professora Gisèle Szczyglak

No dia 30 de março, também em parceria com a Unacon Sindical, foi realizada a conferência de debate “Mulheres em posição de liderança: uma questão de equidade”, no formato virtual. O evento, ministrado por Gisèle Szczyglak e moderado por servidora

da CDCAP, discutiu temas relevantes para o desenvolvimento do pensamento crítico sobre as relações interpessoais e para a liderança no ambiente profissional voltado à melhoria do serviço público e da CGU, à luz da igualdade de gênero. A [gravação da conferência](#) está disponível na IntraCGU.

Ambas as ações estão alinhadas às diretrizes do novo governo federal de valorização e garantia dos direitos das mulheres em todos seus espaços por meio de políticas públicas e normativas que promovam a equidade de gênero no Brasil. Dentre essas ações, destacam-se a recriação do programa Mulher Viver sem Violência, com a implantação de 40 unidades das Casas da Mulher Brasileira, o Projeto de Lei para promover a igualdade salarial entre homens e mulheres que exerçam a mesma função e a edição do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, que prevê cota de 8% da mão de obra para mulheres vítimas de violência em contratações públicas na administração federal direta, autarquias e fundações.

AMÉRICA LATINA

Conferência Regional da IACA 2023

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, entre os dias 27 e 31 de março de 2023, em São Paulo, da 2ª Conferência Latino-Americana promovida pela Academia Internacional Anticorrupção (IACA). O evento contou com discentes de 13 países da região, incluindo servidores da CGU.

Destaca-se a atuação da secretária de Integridade Pública, Izabela Correa, na abertura do evento, momento em que abordou os esforços da Controladoria na utilização da tecnologia da informação do combate à corrupção, bem como a participação do coordenador-geral de Auditoria das Áreas de Logística, Transferências Voluntárias e TCE da Secretaria Federal de Controle Interno, Sérgio Neiva, que lecionou sobre uso de Inteligência Artificial para solucionar gargalos nos repasses de recursos do Governo Federal para Estados e Municípios.

[Veja a matéria da IntraCGU](#)

Na ocasião, foram apresentadas diversas tendências, estudos de casos de corrupção na região, conceitos em evolução e tecnologias voltadas a aprimoramento do compliance em organizações, bem como questões mais recentes relacionadas ao tema como: proteção de denunciantes, leniência, compras públicas, obras de infraestrutura, presentes e hospitalidades, jornalismo investigativo, cultura ética e mensuração da corrupção, entre outros assuntos correlatos.

Além de renomados palestrantes, destaca-se a presença de um público multicultural de oficiais de compliance de diversos setores produtivos, escritórios de advocacia, agentes governamentais de controle e organizações sociais ativas no fomento a transparência e controle social, tornando o debate enriquecedor para os participantes, que formaram uma rede de troca de informações.



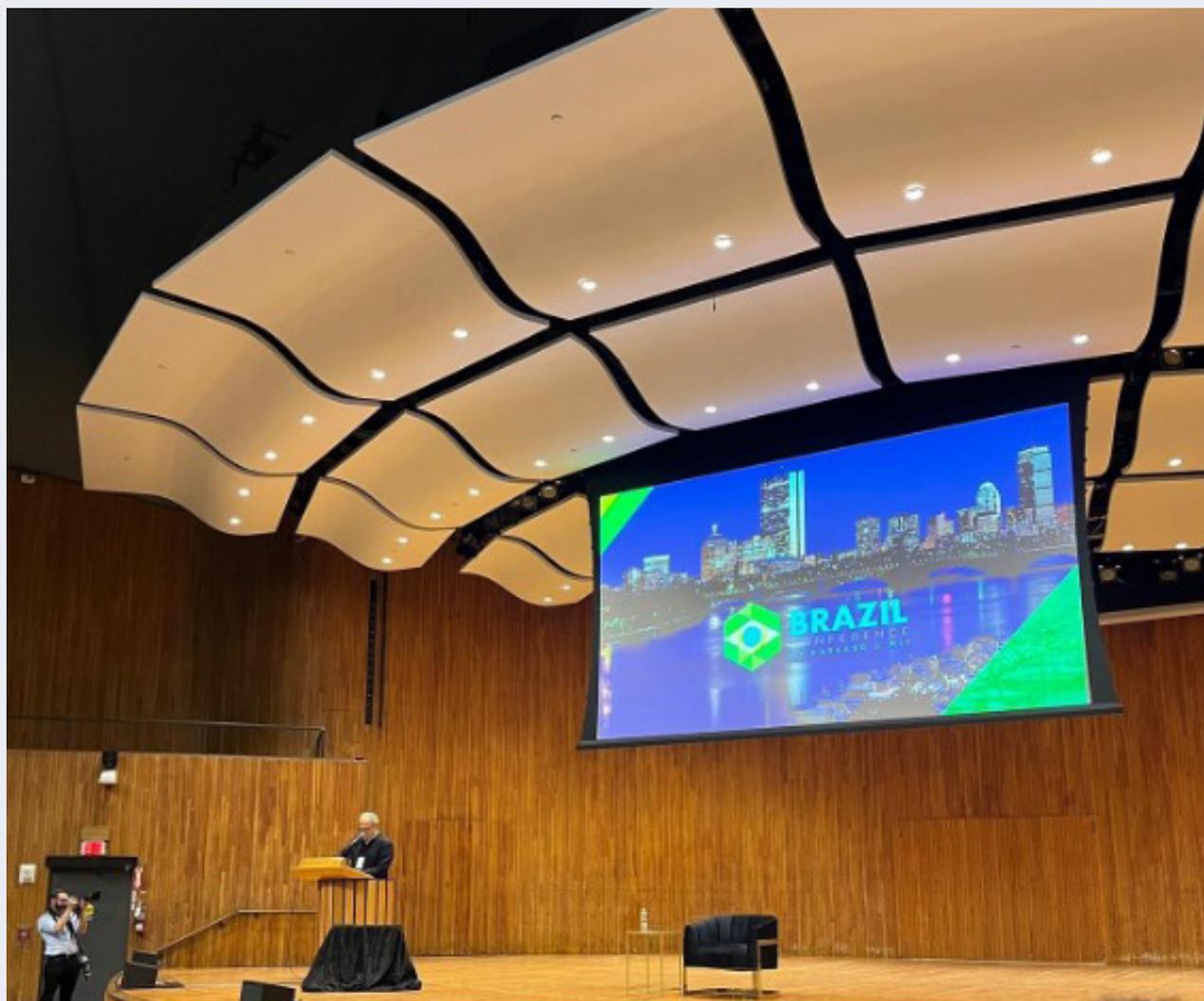
Participantes da Conferência da IACA

BRASIL E ESTADOS UNIDOS

MINISTRO DA CGU PARTICIPA DA *BRAZIL CONFERENCE* E REALIZA MISSÃO AOS EUA

Em 31 de março e 1º de abril de 2023, ocorreu a *Brazil Conference*, evento realizado anualmente pela comunidade brasileira de estudantes em Boston e que tem por objetivo promover o encontro com líderes e representantes para debater temas relacionados a política, economia, cultura e sociedade. A Conferência, que visa oferecer espaço plural de ideias, no primeiro dia, contou com painéis sobre saúde mental, desenvolvimento na América Latina, uso de inteligência artificial e sustentabilidade.

No segundo dia, o ministro da CGU, Vinícius de Carvalho, compôs painel sobre o tema “Regulação e Transparência na Era da Desinformação”, juntamente com Sergio Moro, senador da República pelo Estado do Paraná, Nina da Hora, cientista da computação e pesquisadora, e Hussein Kalout, ex-secretário especial de assuntos estratégicos e professor-pesquisador da Universidade de Harvard. A [gravação do painel](#) está disponível no YouTube. No mesmo dia, houve painéis sobre uso econômico da Amazônia, eficiência do Judiciário e apresentação dos embaixadores da Conferência.



Abertura da 9ª edição da Brazil Conference

Ainda no dia 1º de abril, o ministro apresentou um pouco da sua trajetória profissional e da nova estrutura da CGU a estudantes brasileiros das universidades de Harvard, Boston e Columbia, presentes à Conferência. O ministro compartilhou sua experiência no governo e sua visão sobre a nova agenda anticorrupção brasileira.

Na sequência da missão internacional programada, em Washington D.C., a CGU participou de reunião no Departamento de Estado com o secretário-adjunto Todd Robinson, além de representantes da Coordenação de Anticorrupção Global (Coordination on Global Anti-Corruption) e do Escritório para Assuntos Internacionais relativos a Narcóticos e ao Cumprimento da Lei (International Narcotics and Law Enforcement Affairs – INL). Foram debatidas as prioridades brasileiras e americanas em temas de promoção da integridade e enfrentamento da corrupção, inclusive na agenda internacional, tendo em vista a presidência americana na Conferência dos Estados Partes da UNCAC em 2023 e a presidência brasileira no G20 em 2024.

Também foi abordada a adoção da Estratégia de Combate à Corrupção dos Estados Unidos, anunciada pelo Presidente Biden durante a Cúpula pela Democracia.

Na sequência, foi realizada visita institucional ao Departamento de Justiça, com a unidade responsável pela aplicação da lei anticorrupção americana (Foreign Corrupt Practices Act – FCPA). Foi abordado o marco de dez anos da Lei Anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846/13) e os desafios atuais na sua implementação.

Encerrando a agenda no dia 3 de abril, o ministro participou de evento organizado pelo Brazil Institute do Woodrow Wilson Center, proferindo palestra com o tema “Corrupção, Accountability e Democracia no Brasil: Desafios e Soluções”, em que apresentou a agenda da CGU de promoção da integridade pública e privada e do enfrentamento à corrupção.



O ministro Vinicius de Carvalho em evento no Brazil Institute do Wilson Center

Já no dia 4 de abril, foram organizadas agendas no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Primeiramente, houve breve reunião com o BID Invest e o Escritório de Integridade Institucional, unidades que lidam com a promoção de integridade no setor privado, como foco em contratos firmados com o Banco.

Na sequência, os representantes da CGU se reuniram com o presidente do BID, Ilan Goldfajn, em visita de cortesia. Por fim, o ministro Vinicius de Carvalho foi convidado a apresentar as prioridades da agenda de integridade pública aos funcionários do Banco que atuam na área de modernização do Estado.



O presidente do BID, Ilan Goldfajn, com o ministro da CGU, Vinicius de Carvalho

Encerrando os compromissos da missão, ocorreu encontro na Universidade de Georgetown, onde o ministro apresentou os resultados iniciais dos 100 dias de governo a estudantes e organizações da sociedade civil em mesa de discussão organizada pelo Washington Brazil Office.

Participaram da missão, além do ministro da CGU, representantes da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais e do Gabinete do Ministro.

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

No âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ocorreu a [primeira reunião plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno de 2023](#), com participação do ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho. A CGU compôs a delegação brasileira na reunião do Comitê de Governança Corporativa, discutiu a revisão das Diretrizes sobre Governança Corporativa em Estatais, além de participar do encontro do Grupo de Trabalho sobre Governo Aberto.

O Brasil reportou avanços aos peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC). [A secretária-](#)

[-executiva da CGU, Vânia Vieira, participou da reunião promovida pela Organização dos Estados Americanos, em Washington.](#)

Em relação à produção científica, servidores da CGU apresentaram trabalhos em [Portugal](#) e na [Hungria](#). Já a Revista da CGU abriu [chamada para dossiê especial, em comemoração aos 10 anos da Lei Anticorrupção](#). A publicação contará com editores nacionais e internacionais.

A CGU representou o Brasil na [XXIV Reunião da Rede de Transparência e Acesso à Informação](#), em Buenos Aires, em painel sobre políticas de transparência e fortalecimento da democracia.

O [41º encontro da Rede de Governança, Integridade, Riscos e Controle \(GIRC\)](#) ocorreu em Brasília, sob o tema encontro das águas: a agenda da integridade e a realidade das políticas públicas.

OCDE

GOVERNANÇA CORPORATIVA

CGU compõe delegação brasileira na 45ª Reunião do Comitê da OCDE

Nos dias 14 e 15 de março de 2023, ocorreu na sede da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, França, a 45ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa (45th Meeting of the OECD Corporate Governance Committee).

A delegação brasileira foi chefiada pelo presidente da Comissão de Valores Mobiliários, João Pedro Nascimento. A Controladoria-Geral da União (CGU) foi representada pelo diretor de Promoção e Avaliação de Integridade Privada, Renato Machado de Souza.

O evento focou as discussões finais sobre as revisões preliminares da quarta versão dos [Princípios de Governança Corporativa do G20/OCDE](#). Renato Machado

participou da revisão da versão final e debateu, juntamente com a delegação brasileira, temas sobre programas de integridade e a importância do envolvimento da alta administração das empresas no papel de promoção de uma cultura íntegra.

O Comitê debateu um novo capítulo dos Princípios de Governança que inclui a importância de uma gestão de incentivos baseada em riscos para promover a sustentabilidade nas empresas.

O documento pautado, que também será discutido no âmbito do G20, passa a dar ênfase expressa a temas relacionados às práticas ambientais, sociais e de governança (ESG, da sigla em inglês). Esses mesmos temas são atualmente objeto de vários projetos da Secretaria de Integridade

de Privada, que têm a finalidade de ampliar os incentivos para que as empresas implementem programas de integridade e enfatizar a importância da ESG nesse contexto. Exemplos de propostas atualmente em andamento envolvem a inclusão

de boas práticas de compliance ESG em avaliação de programas de integridade, elaboração de cartilhas, manuais e cursos específicos, além do desenvolvimento de parcerias com ministérios que desempenhem ações setoriais relacionadas.

GOVERNO ABERTO

CGU participa de encontro do Grupo de Trabalho em Governo Aberto

Nos dias 30 e 31 de março de 2023, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) organizou o 6º Encontro do Grupo de Trabalho sobre Governo Aberto (Working Party on Open Government), para discutir avanços e novidades na área.

A programação incluiu os avanços na implementação da Recomendação da OCDE sobre o tema, a adoção de estratégias de governo aberto pelos países membros, o papel da comunicação pública na agenda, desafios para tornar a participação social mais presente nas decisões de governo, transparência ativa e proteção de dados, a proteção do espaço cívico e o monitoramento em governo aberto.

O diretor de Governo Aberto e Transparência da Controladoria-Geral da União, Otávio Neves, participou do encontro, apresentando os movimentos brasileiros para aprimorar a inclusão e a participação no governo, e os desafios que estão sendo enfrentados no desenho de indicadores. Como desdobramentos, o Brasil irá participar das redes de trabalho em transparência, participação social e monitoramento de governo aberto, no âmbito do Grupo.

O Brasil realizou reuniões bilaterais com os governos da Itália e do Canadá sobre os caminhos que estão sendo seguidos para a criação de planos e da estratégia de governo aberto nesses países. Também foram abertos diálogos para cooperação futura na área de acesso a informação, com o Canadá, e de indicadores de governo aberto, com a Eslováquia.

ESTATAIS

OCDE discute revisão de Diretrizes sobre Governança Corporativa em Estatais

No mês de abril, representando a Controladoria-Geral da União (CGU), a Diretoria de Auditoria de Estatais participou da 40ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privati-

zação (Working Party on State Ownership and Privatisation Practices).

A reunião abordou os seguintes temas: (a) revisão em andamento das [Diretrizes](#)

da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais;

(b) promoção de práticas de sustentabilidade por meio da política de propriedade e governança de empresas estatais; (c) acompanhamento da implementação dos Capítulos VI (Transparência e Divulgação) e VII (Conselhos de Administração) das Diretrizes existentes; (d) políticas e práticas de dividendos em empresas estatais.

A primeira versão da revisão das Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais, discutida na reunião, apresenta um novo capítulo. Trata-se de uma adaptação do novo Capítulo VI dos Princípios do G20/OCDE, fornecendo recomendações sobre: (i) papel dos proprietários estatais na definição de expectativas de sustentabilidade para as empresas, (ii) transparência e divulgação sobre sustentabilidade e (iii) o papel dos conselhos de administração na definição dos objetivos de sustentabilidade e na supervisão da implementação.

No capítulo sobre transparência das Diretrizes da OCDE, as principais mudanças propostas se destinam a incluir item sobre qualidade da divulgação financeira e não financeira, e a desenvolver e esclarecer a linguagem existente sobre os órgãos envolvidos na auditoria das estatais, incluindo os respectivos papéis dos auditores externos, internos e estaduais. A proposta acerca da qualidade da divulgação se baseia em trabalho recente da Organização sobre relatórios agregados, necessidade de divulgação da estrutura de propriedade, vínculos com a entidade de propriedade, subsidiárias e participação em *joint ventures*.

Por fim, a terceira grande mudança proposta está relacionada ao capítulo de responsabilidades do conselho de administração das estatais. As propostas podem ser resumidas nos seguintes tópicos:

- dever do conselho de levar em consideração os interesses de todas as partes interessadas;
- responsabilidade do conselho de garantir a eficácia da gestão de riscos da estatal, controles internos e auditorias internas;
- composição do conselho e deveres fiduciários em estatais que fazem parte de uma estrutura de grupo;
- remuneração do conselho, incluindo considerações para oferecer remuneração competitiva;
- transações com partes relacionadas, incluindo recomendações sobre transparência e divulgação;
- critérios de elegibilidade para membros do conselho, inclusive no que diz respeito à integridade pessoal.

O Brasil apresentou contribuições aos itens relativos à transparência, ao conselho de administração e às práticas de dividendos. As respostas foram enviadas de forma conjunta pela Secretaria de Coordenação das Empresas Estatais do Ministério da Fazenda, CGU e Tesouro Nacional. É importante mencionar que o consolidado de práticas de dividendos apresentados na reunião serviu de insumo para a análise preliminar de auditoria a ser realizada em 2023 pela CGU.



Registro da reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização

COOPERAÇÃO

COOPERAÇÃO TRILATERAL

Experiência brasileira impulsiona projetos no Paraguai

Em 14 de abril de 2023, ocorreu em Assunção, Paraguai, a solenidade de encerramento do projeto “Fortalecendo a integridade em tempos de crise”, fruto de acordo de cooperação trilateral celebrado entre os governos do Brasil, do Paraguai e da Alemanha.

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC) foram os órgãos brasileiros envolvidos na iniciativa, que contou com a atuação da Secretaria Nacional Anticorrupção, da Secretaria Técnica de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social e do Ministério da Indústria e Comércio por parte do Paraguai, além da Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ) e do programa Alliance for Integrity, por parte da Alemanha.

Por meio do projeto, a CGU compartilhou sua experiência com o Programa Pró-Ética, auxiliando o governo paraguaio a implementar sistema de incentivos baseado em normas de integridade em empresas do setor privado e público.

O embaixador brasileiro no Paraguai, José Antônio Marcondes de Carvalho, o ministro de Comércio e Indústria do Paraguai, Luís Alberto Castiglioni e o secretário de Integridade Privada da CGU, Marcelo Pontes Vianna, dentre outras autoridades, estiveram presentes na cerimônia.

Durante o evento, o governo do Paraguai ressaltou a importância do intercâmbio de informações e experiência da CGU, o que possibilitou êxito no projeto e expressivos resultados já no primeiro ano de aplicação. Para fortalecer o processo de monitoramento e avaliar a política pública implementada, o Paraguai está utilizando um aplicativo digital.

O secretário de Integridade Privada, Marcelo Pontes, ressaltou o *“grande sucesso na melhoria dos padrões de integridade de empresas do setor privado, com a chegada do Selo de Integridade ao Paraguai”*, ademais, destacou a importância do evento como *“um dia que marca o nosso trabalho e esforço incansável na luta contra a corrupção nas áreas da prevenção, detecção e remediação”*.



O diretor Marcelo Pontes com representantes do Paraguai e da Alemanha durante cerimônia de encerramento do projeto de cooperação

Pró-Ética

Iniciativa pioneira na América Latina, o Programa foi lançado em 2010 para incentivar a adoção voluntária de medidas de integridade pelo setor privado, por meio do reconhecimento público daquelas empresas que demonstram compromisso com a promoção de um ambiente de negócios mais justo, competitivo e ético, com a adoção de programas de compliance efetivos.

O Pró-Ética já realizou mais de 650 avaliações e evoluiu para se adaptar aos novos desafios e regulamentações. Atualmente, ocorre a cada dois anos. Na edição 2020-2021, houve um número recorde de inscrições, com um total de 195 empresas avaliadas. Destas, 67 foram aprovadas, um crescimento de 250% em relação ao número de empresas da edição anterior.

Próximos passos

O Paraguai realizou, em 28 de abril de 2023, um workshop em que apresentou os resultados daquele país, consolidando as lições aprendidas. Na ocasião, a CGU foi representada por integrantes da Secretaria de Integridade Privada e da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais.

[Conheça o Selo de Integridade do Paraguai](#)



Representantes dos três países em workshop de apresentação de resultados

Tendo em vista os resultados obtidos, o Paraguai, com apoio da ABC e da GIZ, apresentou à CGU uma segunda proposta de cooperação trilateral, intitulada “Promovendo a integridade como base para o crescimento sustentável nos setores público e privado”.

Nesta nova iniciativa, o interesse paraguaio tangencia a Secretaria de Integridade Pública, tendo relação com o app de integridade e seu possível alcance para o público em geral, em especial docentes e jovens, com base no projeto “[Um por todos e todos por um](#)”. Em reunião, representantes da Alemanha e do Paraguai ressaltaram o grande êxito da CGU nesta área e demonstraram interesse na experiência brasileira. Tais oportunidades são um reconhecimento do relevante trabalho realizado pelo órgão, colocando a instituição em posição de destaque internacional, o que contribui transversalmente para a visibilidade de políticas públicas brasileiras.

CAPACITAÇÃO

Em março, servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) participaram de um importante [simpósio na área de dados e análise de dados](#), em São Paulo. Em abril, servidores da Secretaria Federal de Controle Interno tiveram a oportunidade de participar de encontro com estudiosos da área de defesa e segurança. Confira a seguir:

WORKSHOP

Countering the Financing of Proliferation

Servidores da Coordenação-Geral de Operações Especiais da CGU participaram de workshop sobre combate ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, oferecido pelo Royal United Services Institute for Defense and Security Studies, com apoio do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), nos dias 13 e 14 de abril de 2023, em Brasília.

O primeiro dia do workshop tratou do escopo do financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, explorando as medidas adotadas contra essa prática, com base na [Resolução N° 1540/2004](#) da Organização das Nações Unidas. A agenda do segundo dia contemplou aspectos da abordagem regulatória e de investigações.

O tema do evento é relevante para todas as instituições que, a exemplo da CGU, integram o sistema brasileiro de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa. O Brasil é membro do [Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo \(GAFI/FATF\)](#). O GAFI recomenda que todos os países efetivamente implementem medidas em seus sistemas nacionais e realiza avaliações periódicas entre seus membros.